

UPA e Estados Unidos na origem do 4 de Fevereiro

PÚBLICO, 3.2.95

José Eduardo Agyalusa

O MPLA perdeu a sua principal data histórica. Informações recolhidas pelo historiador angolano Carlos

Durante 19 anos, o 4 de Fevereiro foi a mais importante data histórica comemorada pelo regime do MPLA. Na madrugada desse dia, no já distante ano de 1961, "um grupo de patriotas angolanos atacou a prisão de São Paulo, o quartelamento da Companhia Móvel da PSP e a Casa de Reclusão Militar, naquela que foi a primeira acção do Movimento Popular de Angola, MPLA, contra o colonialismo português". É isto que ainda hoje os estudantes angolanos aprendem nas escolas.

Na realidade não foi assim. Num livro que pretende lançar em Portugal até ao fim de 1995, o historiador angolano Carlos Pacheco recorre a um impressionante conjunto de documentos, entre cartas, panfletos e relatórios da PIDE, para demonstrar que quem organizou e impulsionou a sublevação armada não foi nem o MPLA nem o "comunismo internacional", mas a UPA — as células da UPA em Luanda —, com o apoio de organizações norte-americanas.

Pacheco, nos arquivos da PIDE e de Salazar e na Arquidiocese de Luanda, permitem reconstituir todo o processo que conduziu ao movimento

"É preciso recuar várias décadas"

Nascido em Luanda em 1945, Carlos Pacheco cursou História em Lourenço Marques e na Universidade de São Paulo, regressando em 1975 à capital de Angola. Professor do ensino secundária no Liceu Nzinga Mbandi, militante activo do MPLA, foi preso em 1977, acusado de ligações nunca comprovadas aos homens de Nito Alves. Libertado dois anos depois, foi nomeado vice-diretor do Centro Nacional de Documentação e Investigação Histórica. Hoje reside em Lisboa, trabalhando como investigador independente.

Considerado um dos maiores especialistas em História angolana do século XIX, sobretudo no que diz respeito à sociedade crioula da região de Luanda e Benguela, Carlos Pacheco é autor de dois livros notáveis, "Maia Ferreira — O Homem e a Sua Época" (União dos Escritores Angolanos, Luanda, 1990) e "José da Silva Maia Ferreira — Novas Achegas para a Sua Biografia" (1992), nos quais investiga a genealogia do funda-

do 4 de Fevereiro. Fica claro que não foi o MPLA que o organizou. Foi a UPA, depois FNLA. E ao contrário do que o Governo de Salazar

teria preferido, também não foi a mão de Moscovo que empurrou os combatentes angolanos. Foi o amigo americano. Uma viagem por esses tempos.

dor da literatura angolana até à sexta geração, aproveitando para traçar um fascinante panorama da vida cultural, política e económica de Angola durante aquele período.

"Para compreender o que aconteceu naquela madrugada", diz o historiador, "é preciso recuar várias décadas. Os acontecimentos do 4 de

acaso que vamos deparar com manifestações fortíssimas a favor da independência no último quartel do século XIX. Os escritores e jornalistas de Luanda e Benguela naquela época já falavam em independência."

A 14 de Junho de 1930, surge a primeira reacção organizada contra o silenciamento dos africanos: a Liga



Carlos Pacheco, historiador angolano, as suas investigações podem mudar a história oficial

Fevereiro estão directamente ligados ao estado de insatisfação das elites angolanas, que, a partir de meados do século passado, começaram a ser marginalizadas, a perder peso e a ver dificultado o seu acesso aos postos da administração pública. Não é por

Nacional Africana. Na sua direcção distingue-se em pouco tempo o cônego Manuel das Neves (ver caixa). Vinte e quatro anos mais

Continua na pág. 2

Continuação da pág. anterior

UPA e Estados Unidos na origem do 4 de Fevereiro

tarde é criada a União das Populações do Norte de Angola, UPNA, depois UPA. Luanda começa a ferver. Surge o Exército para a Libertação de Angola, ELA, e o Movimento Libertação Nacional de Angola, MLNA, a que o cônego Manuel das Neves se associa. Em 1959 acontece a primeira vaga de prisões — o famoso Processo dos Cinquentas — e a maior parte destes grupos perde expressão.

UPA controlava situação em Luanda

A resistência angolana organiza-se então em torno do Movimento para a Independência Nacional de Angola, MINA, que se dedica a distribuir panfletos e a apoiar as famílias dos presos políticos: "A meia dúzia de panfletos que recolhi na Torre do Tombo", diz Carlos Pacheco, "mostram a ligação deste grupo à UPA. Têm palavras de ordem do tipo 'MINA-UPA — Viva a independência de Angola. Viva a Rainha Nzinga Mbandi'. A verdade, e isto tem de ser dito, é que a UPA detinha o controle da situação política em Luanda nessa altura. Era a grande força política, não só de negros, mas também de mestiços. Por exemplo, o Aníbal de Melo (hoje uma figura histórica do MPLA, considerado o patrono dos jornalistas angolanos), já nessa altura, antes da fuga para Leopoldville, nos primeiros dias de 1961, já nessa altura o Aníbal de Melo era um dirigente da UPA. Era membro do Comité Director da UPA."

Na segunda semana de Maio de 1960, o MPLA cria finalmente uma célula em Luanda. Mas quando se prepara para entrar em actividade acontece a prisão dos seus principais dirigentes — Agostinho Neto, Joaquim Pinto de Andrade e Manuel Pedro Pacavira, entre outros. Dentro das cadeias encontravam-se já centenas de pessoas.

"Os rapazes estavam impacientes"

Os homens da UPA em Luanda começam a pensar

numa revolta armada. Luís Alfredo Inglês, alfaiate, figura central do movimento, orienta uma série de reuniões em sua casa, na de Zacarias Amado e na de Neves Adão Bendinha. O cônego Manuel das Neves não participa em nenhuma dessas reuniões, mas está a par de tudo. Zacarias Amado toma apontamentos, organizando um documento que será mais tarde apreendido pela PIDE — "A Nossa Visão". O documento defende a acção directa contra o regime colonial, com ataques simultâneos em várias regiões, derrube de postes eléctricos e a tomada de postos emissores.

Luís Alfredo Inglês leva o plano para Leopoldville, para o apresentar à direcção da UPA, mas Holden Roberto não o aprova: "Holden Roberto não queria que o movimento independentista se desencadeasse a partir de Luanda", diz Carlos Pacheco, "que recentemente entrevistou o velho dirigente angolano em Paris, onde reside. Roberto, cujo movimento dispunha de forte apoio em todo o Norte de Angola, desconfiava da sociedade crioula de Luanda. "Como é que os mulatos, filhos dos colonos portugueses, podem dirigir um movimento nacionalista?" Esta questão, raras vezes colocada de forma directa, afligia, no entanto, muitos dirigentes da UPA.

Na capital angolana, entretanto, a febre subia: "Os rapazes estavam impacientes", reconhece Herbert Pereira Inglês, antigo tesoureiro do MINA e depois do MPLA, em depoimento recolhido por Carlos Pacheco. Havia medo, mas a revolta era maior do que o medo. Inglês envia um emissário com instruções para Zacarias Amado: "Não façam nada. A direcção tem outros planos para actuar em Angola."

A mão americana

Tarde de mais. Os homens da UPA já não estavam sozinhos em Luanda. A 5 de Fevereiro de 1960, Luanda recebeu a visita de dois dirigentes do American Committee on Africa, importante organização ligada ao

Partido Democrático, que havia já alguns anos apoiava Holden Roberto. Os dois homens, Frank Montero, vice-presidente do American Committee, e William Sheinman, entram em Angola por via terrestre, tomam um avião em São Salvador do Congo e aterram em Luanda, ficando hospedados no Hotel Turismo.

"A primeira preocupação desses dois homens", diz Carlos Pacheco, "foi contactar o cônego Manuel das Neves. Acerca do que falaram ninguém sabe, mas o Joaquim Pinto de Andrade disse-me que foi uma conversa longa. Tenho motivos para acreditar que, em Luanda, o American Committee incentivou os angolanos a passar à acção directa."

O envolvimento americano em Angola parece ter-se intensificado a partir desta visita. Conversando numa roda de amigos, num bebereite na sua residência, o cônsul americano em Luanda, William Gibson, terá dito: "Dentro de seis meses serei embaixador neste país." A PIDE registou para a História a observação do cônsul, ele próprio membro do American Committee on Africa.

Carlos Pacheco perguntou a Holden Roberto, em Paris, o que teve o American Committee a ver com a sublevação de Luanda e conta: "Ele sobressaltou-se. 'Nada!', disse-me, 'não tiveram nada a ver nem com o 4 de Fevereiro nem com o 15 de Março!'" E o historiador acrescenta: "Não são essas as informações que eu tenho. Muitos contactos com o exterior faziam-se através do consulado. E vim a descobrir depois que o cônsul dos Estados Unidos na altura era um homem do American Committee."

A intervenção americana realiza-se sobretudo através das missões protestantes em Angola, desde sempre ligadas ao American Committee. Melvin Blake terá sido, nas palavras de outro missionário americano, Ralph Dodge, em carta a Carlos Pacheco, "o grande activista político". As informações coligidas pela PIDE confirmam esta ideia. Blake não só organizou reuniões na véspera do 4 de Fevereiro com os operários que participaram na acção, como, logo a seguir, partiu para Malanje com Guilherme Pereira Inglês, tendo preparado os motins que vieram a acontecer mais tarde. Pouco depois foi expulso de Angola.

O assalto

Os cento e poucos homens que participaram no assalto às prisões, armados de catanas e varapaus, eram todos operários e entre eles só havia negros. Na semana que antecedeu a operação foram para uma pedreira, nos arredores de Luanda, onde cumpriram instrução militar e se submeteram a práticas mágicas — cada componente do grupo recebeu uma tira de pano. Essas tiras teriam o condão de fazer surgir animais selvagens, como leões, que na altura do ataque ajudariam os combatentes. Um curandeiro de Catete foi até ao musseque Rangel preparar uma bebida, feita a partir do pó de uma bala, que tornaria os combatentes invulneráveis. A preparação era tão eficaz que se um cão mordesse em qualquer um dos homens morreria.

No dia 30 de Janeiro um grupo de combatentes, chefiado por Neves Bendinha, foi visitar o cônego Manuel das Neves. Bendinha diz ao cônego que vão desencadear os ataques e o cônego responde-lhe que era muito cedo. Na realidade, já tinha instruções de Holden Roberto para ficar quieto.

Apesar disso, os homens lançam o ataque, provocando a violenta reacção dos portugueses. "O 4 de Fevereiro parece ser um acto quixotesco", reconhece Carlos Pacheco. "Possivelmente os americanos sabiam disso, mas terão decidido lançar aquela centena de homens para a fogueira, como forma de pressionar os portugueses. Quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas reabriu as suas sessões, a 10 de Março, caiu tudo sobre Portugal." A única coisa que o representante português disse, ao ser autorizado a usar da palavra, foi que o 4 de Fevereiro "não passou de uma acção de ruínas e mercenários".

Ao reivindicar a paternidade do movimento — porque, como disse ao repórter do PUBLICO Mário Pinto de Andrade, entretanto falecido, "era necessário mostrar que tínhamos actividade no interior" —, o MPLA faz um surpreendente favor a Salazar. Afinal, sempre havia ali a mão vermelha de Moscovo. E, em Leopoldville, Holden Roberto terá suspirado de alívio. Dias depois lançava o 15 de Março e podia provar ao mundo que o movimento anticolonial em Angola era autenticamente africano. ■

Os ecos da revolta em Portugal

Salazar esteve à beira do exílio

PÚBLICO, 4.2.95

Fernando Dacosta

Há 20 anos davam-se, quase em bloco, as independências dos povos africanos de expressão portuguesa. O ciclo colonial fechava-se após

uma longa guerra, disparada na noite de 4 de Fevereiro de 1961, em Luanda. Tudo se precipitou a partir de então: na Guiné, em Angola, em Moçambique, na Índia, em Lisboa. Salazar, que esteve a um passo de ser exilado para a Suíça, repôs, reforçando-o pela força e pelo silêncio, o seu domínio.



Manuel das Neves

Um padre na sombra

NASCIDO no Golungo Alto, a 25 de Janeiro de 1896, Manuel Joaquim Mendes das Neves foi uma das grandes figuras do nacionalismo angolano, talvez a mais notável. A investigação conduzida pelo historiador Carlos Pacheco confirma o seu envolvimento directo, embora sempre na sombra, em todos os acontecimentos que culminaram no 4 de Fevereiro de 1961.

Filho de Luísa Antónia Rodrigues e pai incógnito (provavelmente um grande proprietário agrícola do Golungo Alto), Manuel das Neves ingressa aos nove anos

PÚBLICO, 3.2.95

de idade no coro na Sé Catedral de Luanda e pouco depois entra no seminário, ordenando-se sacerdote em 1918. "Há testemunhos de que já no seminário, mocinho ainda, o cônego se mostrava um ardoroso paladino da independência de Angola", assegura Carlos Pacheco.

Manuel das Neves é presidente da Liga Nacional Africana, LNA, logo nos primeiros anos da década de 40, e desenvolve grande actividade de consciencialização política. Dirige a Missão de São Paulo dos Musseques durante vários anos. Enquanto presidente da LNA preocupa-se em congregar as tendências católica e protestante, sendo de notar que entre os combatentes angolanos, naquela madrugada de 4 de Fevereiro, se encontram católicos e protestantes. Manuel das Neves está presente à formação da primeira célula da UPA, na ilha do Cabo, em 1957. Preso no dia 22 de Março, às 11h30, na Sé Catedral, é deportado para a cadeia do Aljube. Meses depois é transferido para a casa dos padres jesuítas em Soutelo, onde ficará detido sob residência fixa. Morre a 11 de Dezembro de 1966. Em 5 de Julho de 1994, o Governo angolano aceita finalmente trasladar os seus restos mortais para Luanda. ■ J.E.A.

A reacção das autoridades portuguesas aos acontecimentos do 4 de Fevereiro é, numa primeira fase, descontrolada. A PIDE e o Exército têm dificuldade em dominá-los. As grandes figuras do regime desconhecem, de uma maneira geral, a realidade ultramarina. As manifestações de revolta que então explodem, com incidência na Guiné e no Norte de Angola, apanham-nas de surpresa.

Salazar sabe do sucedido nessa noite por um telefonema. Fica descontrolado. Os ministros do Ultramar e da Defesa chegam a São Bento de manhã cedo. São ouvidos por ele com impaciência.

As duas da madrugada, um grupo de cerca de duas centenas e meia de pessoas tentara tomar pela força a prisão de São Paulo, o quartelamento da Companhia Móvel da PSP e a Casa de Reclusão Militar de Luanda. Os assaltantes perderam 40 elementos e as forças da ordem sete.

Salazar crispá-se. O desvio do paquete Santa Maria, realizado por Henrique Galvão — que o ocupou durante 11 dias, atraindo as atenções da imprensa mundial —, deixara-o furioso. A hipótese de o barco se dirigir para África — "o nosso objectivo inicial era atacar Luanda com apoio de rebeldes locais", confirma Henrique Galvão — levava àquela cidade dezenas de repórteres.

O golpe da véspera torna-se, assim, notícia internacional. Sob esse aspecto, os rebeldes ganharam. Um dos seus dirigentes, o cônego Manuel Neves, tinha dito a Joaquim Pinto de Andrade: "É preciso organizar um acto espectacular. Para isso, bastam armas brancas e jornalistas estrangeiros."

Durante os funerais, colonos brancos em fúria massacram centenas de negros. Uma semana depois verifica-se nova tentativa de assalto à cadeia.

O chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e o chefe do Estado-Maior do Exército, generais Beleza Ferraz e Câmara Pina, são enviados ao local. No relatório que redigem, minimizam os acontecimentos, reduzindo-os a simples escaramuças da UPA (que deu origem à FNLA). Sá Viana Rebelo faz uma conferência em Lisboa garantindo que nunca haverá guerra em Angola.

Quando percebe que os revoltosos contam com apoios organizados — em dinheiro, em armas, em estratégias, em deslocções —, Salazar começa a reorganizar-se.

O desconhecimento que tinha de África e da Índia, bem como da moderna comunidade internacional, não lhe dava, no entanto, grande flexibilidade. "Eu devia ter ido a África quando era estudante", confidencia, "e os estudantes de Coimbra lá iam. Então, poderia andar à vontade. Agora, na minha posição, não vale a pena. Se fosse, apenas me mostravam o que queriam, não a realidade."

"Fechem a porta"

Remodela o Governo. Chama para as pastas do Ultramar e dos Estrangeiros dois jovens que não pertencem à União Nacional: Adriano Moreira e Franco Nogueira.

"Depois de me ter convencido", contou este, "a aceitar ser ministro dos Negócios Estrangeiros, virou-se para mim e perguntou-me: 'Já não vai voltar atrás pois não?' Respondi-lhe que não. Ele sorriu e, fitando-me, desabafou: 'Então começa já a trabalhar porque eu não sei se consigo aguentar a situação mais de seis meses.' Estava-se no início da guerra colonial."

Adriano Moreira deixa-se contagiar pela realidade africana, que ama; Franco Nogueira tenta moldar a realidade internacional, com a qual não comunga. O primeiro é dispensado pouco depois, o segundo faz-se rosto do regime.

Regime que se esforça, com ênfase, por fazer crer que tudo quanto se passa é obra dos comunistas; por escamotear as ambiguidades e os compromissos da América, das Nações Unidas, da Europa setentrional, do Vaticano, para não reconhecer o isolamento em que, progressivamente, cai.

Na NATO há três países que apoiam os movimentos de libertação: Noruega, Holanda e Dinamarca. Os Estados Unidos dirigem, entretanto, uma proposta a Salazar. Querem que Portugal aceite, no prazo de 12 anos, um referendo sobre as colónias. Em troca ajudá-lo-ão economicamente, politicamente, diplomaticamente, militarmente.

Baseando-se no apoio americano, a cúpula militar portuguesa de então — seguida pelos comandantes das regiões do país, da Armada, da Aviação, da PSP, da GNR e da Guarda Fiscal — dirige-se, a 11 de Abril, à meia-noite, a Belém. Pede ao Presidente da República, almirante Américo Thomaz, que substitua Salazar e o faça embarcar num avião da Força Aérea, já preparado, para a Suíça.

Continua na pág. 4

Continuação da pág. anterior

Salazar esteve à beira do exílio

O chefe de Estado finge aceitar. Na manhã seguinte Botelho Moniz, ministro da Defesa e cabeça do golpe, é chamado a São Bento. O primeiro-ministro comunica-lhe: O senhor general acaba de ser substituído. Faça favor de sair e fechar a porta. Botelho Moniz levanta-se, sai e fecha a porta. Costa Gomes, subsecretário de Estado do Exército, é, juntamente com outros, demitido a seguir.

Plano perverso

"Para Angola, rapidamente e em força", proclama, dois dias depois, Salazar aos microfones da Emissora Nacional, dirigindo-se à nação e à História. E à catástrofe.

"Se as grandes potências se convencerem", confidenciara a um amigo, "que os portugueses são os únicos que, pela sua maneira de ser, cultura e língua, podem manter-se em África, será possível ultrapassar esta fase de dificuldades. As independências irão dar-se, mas muito lentamente", acrescentou. "A Europa levou séculos para se tornar o que é hoje. África vai levar também muito tempo, talvez uns 300 anos. Os povos primitivos não podem passar repentinamente de um estado a outro."

Costa Gomes, que chegara da Índia em finais de 1959, avisa Salazar que há concentrações de tropas à volta de Goa, Damão e Diu. Propõe-lhe a "realização de um plebiscito na Índia, sob a égide das Nações Unidas", a fim de se evitar uma situação humilhante para o regime. "Se tivermos entre seis e dez por cento dos votos já é bom", previne-o. E elucida-o: "Só um pequeno estrato da população local defende a nossa presença. A língua portuguesa nem sequer figura no programa da instrução primária".

Salazar fica silencioso. Não enceta diálogos, não reforça guarnições. Os ingleses, que contacta ao abrigo dos tratados existentes, esquivam-se a

intervir.

As ordens que envia são secas: resistir. Até ao fim. Um plano surge perversamente no seu espírito: o massacre dos portugueses pelo exército indiano torná-los-á aos olhos do mundo heróis e mártires. A opinião pública mudará, então, a favor de Portugal.

O governador Vassalo e Silva e os seus homens não se prestam, porém, ao jogo. Entregam-se. E um golpe profundíssimo para Salazar.

III guerra mundial

Apesar de silenciada pela censura, a questão do Ultramar divide rapidamente, profundamente, os portugueses. Os que se encontram exilados tomam posições de crescente impacto público. Argel, Paris, Brasil, URSS, são os locais onde se concentram, formando, em alguns, núcleos de grande actividade.

De entre eles, evidenciam-se o grupo de do Brasil (Delgado, Henrique Galvão, Sarmiento Pimentel, Casais Monteiro, Agostinho da Silva, Jorge de Sena, Rodrigues Lapa, Rui Luis Gomes, Miguel Urbano, Tomás Ribeiro Colaço, Veiga de Oliveira, Pedroso Marques), o grupo de Paris (Emídio Guerreiro, Manuel Valadares), o grupo de Argel (Manuel Sertório, Piteira Santos) e o grupo do Leste (Alvaro Cunhal, Cândida Ventura, Chico da CUF).

A correlação de forças dos blocos externos e a dinâmica das oposições internas, ligadas aos movimentos autonómicos de África, empurravam cada vez mais o regime para becos de difícil saída.

A estratégia de Salazar e Franco Nogueira assentava no pressuposto de que um terceiro conflito mundial, inevitável e irreversível, iria eclodir nos anos 60. Só restava, por isso, a Portugal — e na senda do que fizera durante a II Guerra — resistir, para poder chegar, com todo o seu império incólume, à nova or-

dem saída da hecatombe. Os ventos mudariam então, sublinhavam, a nosso favor.

"Toda a organização militar portuguesa estava a ser preparada para uma terceira guerra. Havia planos para criar", revelamos o marechal Costa Gomes, "uma divisão especial em Angola e Moçambique, de pretos e brancos, destinada a actuar na Europa. As pessoas acreditavam na inevitabilidade do conflito, mas eu não. E por uma razão: é que já existia a bomba atómica. Ou seja, não havia hipótese de ninguém sair vencedor dele. A reconversão das nossas Forças Armadas às exigências da guerrilha africana foi iniciada por mim. A nossa preocupação não era matar as populações, mas recuperá-las. Eu fui o comandante que mais pessoas recuperou."

Perdeu a voz

O ano de 1961 fecha com nova tentativa de golpe. Na noite de 31 de Dezembro, dois automóveis entram no quartel de Infantaria de Beja. O oficial de dia é dominado. Inadvertidamente, porém, uma pistola dispara-se. A guarnição fica de sobreaviso. Ao franquear a porta do quarto do comandante, Varela Gomes, um dos revoltosos, é atingido pelo fogo deste e cai gravemente ferido. Os assaltantes (dois são mortos e vários feridos) perdem o controle da situação. Estabelece-se tiroteio durante duas horas. As quatro da manhã, está tudo terminado.

Ao chegar ao local, ido de Lisboa, o subsecretário do Exército, tenente coronel Jaime Filipe da Fonseca, é morto por engano pelas forças da ordem, que o não reconhecem a tempo.

Escondido com a sua secretária, a brasileira Arajarir de Campos, numa casa da região (em Vila de Frades, a 12 quilómetros), Humberto Delgado tem de fugir. No caminho, Adolfo Ayala, que o guia, lamenta-se: "Que tristeza, mais um falhanço!" Delgado anima-o: "Perdeu-se esta tentativa, faz-se outra." A polícia nunca referiu, talvez para não mostrar a sua incapacidade, a presença do general em Beja.

Semanas antes (4 de Dezembro), Álvaro Cunhal e Francisco Martins Rodrigues fogem do forte-prisão de Peniche; a PIDE assassina a tiro (19 de Dezembro) o escultor José Dias Coelho, que estava na clandestinidade. Há dezenas de pessoas a viver na clandestinidade. E cen-

tenas nos cárceres.

Aberto o ciclo de desvio de barcos, com o Santa Maria, os revolucionários portugueses, pioneiros mundiais nesses actos, encetam o do desvio de aviões. A 10 de Novembro, seis pessoas (entre as quais uma mulher, Lena Vidal), chefiadas por Hermínio da Palma Inácio, tomam o voo da TAP Casablanca-Lisboa. Quando o aparelho entra em território português, lançam milharas de manifestos contra a política governamental.

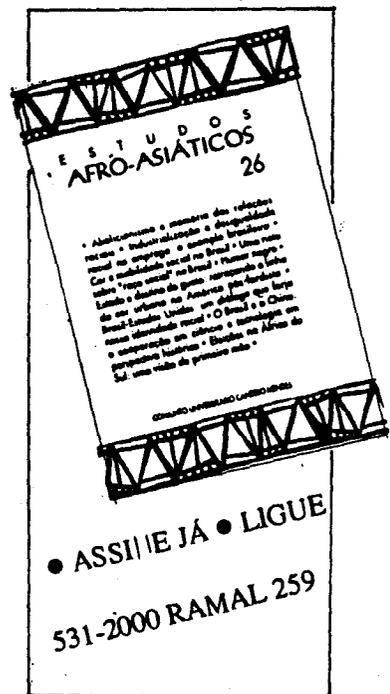
"Levava-lhe chá"

O estado de saúde de Salazar ressentia-se. Adoece. A insuficiência de descanso, a pressão psicológica, a imprevisibilidade dos acontecimentos, prostam-no gravemente. Uma colicistite aguda obriga-o a tomar grandes doses de antibióticos. Perde, durante dias, a voz. Tem de ler-lhe o discurso que dirige à Assembleia Nacional na sequência da invasão da Índia.

Quase que não come nem dorme. "Ouvia-o passear durante horas", confidencia-nos, anos mais tarde, Maria de Jesus, a sua governanta. "Quando isso sucedia, era sinal de que coisas muito graves se passavam. Punha-me então a rezar por ele e pela paz. O que eu mais temia era que ele se afliesse e adoecesse, e que rebentasse uma revolução. Fazia-lhe chá e levava-lho. Normalmente tomava-o com gosto. Era o que valia."

Os reveses multiplicam-se-lhe. O 4 de Fevereiro de 1961 é um dia negro para o regime. É o começo do seu fim, do seu suicídio.

Catorze anos depois, em 1975, Guiné, Cabo Verde, São Tomé, Moçambique e Angola ganham a independência — independência que, a partir de hoje, começa a ser assinalada nos países de língua portuguesa. ■



Sá Viana Rebelo

Tambores já soavam há muito

PÚBLICO, 4.2.95

NO DIA 28 de Janeiro, em Lisboa, morreu o general Horácio de Sá Viana Rebelo. Foi um homem que viveu em Angola o advento da guerra de independência. Deixou o cargo de governador-geral em Agosto de 1959. Pouco mais de ano e meio depois, em 4 de Fevereiro de 1961, eclodia a revolta armada.

Em 1994, Sá Viana Rebelo escreveu um depoimento de 24 páginas sobre a sua vivência como governador de Angola. É um documento que aparece publicado no livro "Os Últimos Governadores do Império", editado por Waldemar Paradelo de Abreu. O relato de Sá Viana Rebelo, reportando-se à época, já traduzia sons de tambores de guerra. Mas, caberia ao seu sucessor, Silva Tavares, um civil dos quadros do Ministério do Ultramar, sofrer o embate causado pela onda de descontentamento que degenerou em violência e chacinas.

A política ultramarina orientada em Lisboa não parecia tomar em consideração os sinais dos tempos, muito marcados do outro lado das fronteiras vizinhas — Congo e Zaire em particular. Conta Sá Viana Rebelo que o II Plano de Fomento, aplicável em 1959 e 60 — por incrível que possa parecer, passou dos 7,26 milhões de contos pedidos pelo governador e Conselho Legislativo para 4,6 milhões. "Cortava-se sobretudo no fomento agrícola e florestal, no apoio à indústria de pesca, no aproveitamento hidroagrícola dos vales do Cuanza e do Bengo, na execução dos planos rodoviário e nos transportes ferroviários, na construção de hospitais e no fomento de núcleos de povoamento".

Apesar deste desaire de política orçamental nada apostada num desenvolvimento que atenuasse os ventos de revolta que sopravam em África, o governador Sá Viana Rebelo descreve como "obra feita", o esforço realizado no campo legislativo. Cita os "regulamentos do trabalho indígena", afrontando alguns governadores de

distrito, apologistas do trabalho compulsivo (mais das vezes gratuito e, por isso, escravo). Os regulamentos dos "bairros indígenas" e a "identificação dos indígenas". A par, o estatuto para os "trabalhadores não indígenas", o "ensino primário para adultos".

Sá Viana Rebelo considerava, mau grado toda esta situação, que nunca sentiu problemas de exclusão racial. "Os assimilados e os indígenas evoluídos conviviam com os brancos no mesmo grau de cidadania, ocupavam lugares iguais (?) na hierarquia do Estado ou das empresas." Ele próprio aceitava como verdadeira a concepção de a maior parte da população "não estar em condições de ascender integralmente à cidadania por se encontrar confinada à vida do mato".

O general faz uma referência clara ao denominado trabalho indígena, à data da sua chegada a Angola. Tratava-se das dificuldades em "obter pessoal para as fazendas, da relutância dos indígenas em trabalhar, abusos dos fazendeiros [uma boa razão para haver relutância] e a intervenção das autoridades no recrutamento" da mão-de-obra.

As dificuldades são localizadas por Sá Viana Rebelo nas regiões do Congo, Malanje e Cuanza. Reinos do café e do sisal. Era muito por aí que se tornava mais visível a tal "pouca simpatia que os indígenas tinham em trabalhar para particulares", um eufemismo para designar alguns fazendeiros de formação boer. O general reconhece que "os indígenas quando bem tratados e bem orientados" até trabalhavam com "abnegação".

Mais tarde, já com um quadro de guerra de guerrilha desenvolvido em três frentes contra Portugal, o general foi ministro do Exército e também da Defesa. ■ C.C.



O princípio do fim do império

PÚBLICO, 4.2.95

O ASSALTO de Henrique Galvão ao paquete Santa Maria, em 21 de Janeiro de 1961 (horas depois da tomada de posse de John Kennedy como Presidente dos EUA), marca o início de um ano arrasador para o regime de Salazar. Durante quase um mês, a imprensa internacional dedica extensa cobertura ao acontecimento. Há já jornalistas estrangeiros em Luanda quando, a 4 de Fevereiro, se dá o assalto às cadeias civis e a postos da polícia na capital angolana.

A rebelião é seguida de expedições punitivas nos musseques. Chegam ecos ao exterior de mas-

Os acontecimentos suceder-se-ão em catadupa: Salazar domina uma tentativa de golpe de Botelho Moniz e Costa Gomes, nomeia Adriano Moreira ministro do Ultramar (Franco Nogueira e Kaulza de Arriaga serão também chamados semanas depois para o Governo) e manda seguir tropas para Angola, "rapidamente e em força".

sacres de plantadores de algodão na Baixa de Cassange, ocorridos no início da segunda quinzena de Janeiro. Na ONU, por uma vez ao lado da URSS, o novo presidente dos EUA não tarda em condenar o comportamento repressivo das autoridades portuguesas em Angola — facto para cuja compreensão os inéditos sobre o 4 de Fevereiro revelados nesta edição do PÚBLICO trazem uma nova luz.

É proclamada a República Sul-Africana. Centenas de jovens fazem o seu baptismo de fogo em Nambuangongo, que será retomado na segunda semana de Agosto. O PAIGC desencadeia as primeiras acções de sabotagem na Guiné, o Deomé ocupa o enclave de São João Baptista de Ajudá. A Índia, que seis meses depois da independência, em 1949, apresentara a Salazar uma proposta de negociações para a transferência calendarizada de poderes em Goa, Damão e Diu, integra oficialmente no seu território os enclaves de Dadrá e Nagar Aveli.

Em 10 de Novembro, Palma Inácio desvia um avião da TAP que fazia a carreira entre Lisboa e Casablanca e lança panfletos sobre a capital portuguesa e outras cidades. Jonas Savimbi ascende a secretário-geral da UPA. O novo governador geral de Angola, almi-

rante Lopes Alves (substituíra Silva Tavares pouco depois dos acontecimentos de 4 de Fevereiro) informa que "nova actividade terrorista" eclodiu no Norte de Angola. O líder do MPLA, Mário de Andrade, e o general Humberto Delgado criam uma Frente Unida de africanos e portugueses, para lutar contra o regime salazarista.

No final do ano, quando as Forças Armadas já fizeram deslocar para Angola, Moçambique e Guiné meia centena de milhares de homens, ocorre a suprema humilhação: o general Vassalo e Silva, governador-geral da Índia, apresenta a rendição às tropas de Nerhu, marcando com esse gesto o fim de 500 anos de presença de Portugal nas terras do cravo e da canela, a jóia da coroa do império colonial português. ■ A.G.

Fonte: "Memória das Guerras Coloniais", João Paulo Guerra, Afrontamento

As primeiras notícias nos jornais metropolitanos

Reina a tranquilidade na província

Adelino Gomes

PÚBLICO, 4.2.95

É uma sexta-feira com céu muito nublado. O marco vende-se a 6\$57, o dólar a 28\$70 e uma libra de ouro vale 290\$00. Há fotos a anunciar as várias festas de Carnaval. A vedeta da canção italiana Torrebruno actua no Monumental, logo a seguir à representação da peça "Boa Noite, Betina", com Laura Alves. No cinema Império, esta tarde, o pianista Sequeira Costa dá um recital, integrado na 1ª Quinzena Air France. "O Século" informa que o paquete Funchal será lançado à água em breve. E que Barrancos já tem energia eléctrica, mas, por ter sido inesperado, nem a população nem sequer a Junta de Freguesia puderam "dar brilho ao acontecimento". O próprio presidente da Câmara, "que se encontrava no campo", mal teve tempo de chegar a horas de "manobrar o manipulo", permitindo assim que "a vila passasse a usufruir de energia eléctrica".

Como vem acontecendo há quase duas semanas, porém, o melhor do seu espaço concedem-no os jornais à história do ano: o assalto ao paquete Santa Maria por um comando capitaneado por Henrique Galvão, um oficial que desempenhou postos de relevo no Estado Novo (como governador nas colónias e primeiro presidente da Emissora Nacional), antes de se incompatibilizar com Oliveira Salazar, tornando-se, juntamente com o general Humberto Delgado (percurso político semelhante), um dos maiores inimigos públicos do ditador.

A chegada a Lisboa de um primeiro grupo dos 600 passageiros do barco serve aos matutinos para reportarem a indignação de "gente de todas as condições", mas, em particular, pessoas humildes, mulheres, sobretudo, que estavam em palmas e lançam "vivas a Portugal".

Nenhum eco ainda dos acontecimentos em Luanda, ocorridos horas antes. A única referência, embora indirecta, diz respeito a uma notícia da Rádio Globo, do Brasil, sobre alegadas rebeliões em Ambiz e Moçâmedes. "Nova balela", titula "O Século", citando um desmentido enérgico da emissora oficial de Angola: "Reina um ambiente de tranquilidade na província."

A imprensa da tarde disporá de tempo para dar maior relevo à informação. O "Diá-

rio de Lisboa" ("DL") coloca-a na primeira página, entalada entre a entrega, no Recife, do paquete Santa Maria ao adido militar da embaixada portuguesa no Brasil e uma Nota do Dia, intitulada "Humor negro", também sobre este caso. O vespertino publica ainda duas fotos: numa, mostra-se o desembarque de passageiros no Recife; na outra, um dístico desfraldado no rapapeito do "deck" do navio onde se lê as palavras "Santa-Liberdade", com que Galvão crismou o Santa Maria. "Três grupos armados tentaram, a noite passada, libertar presos em Luanda", titula o jornal, transcrevendo na íntegra (e sem acrescentar qualquer comentário ou informação adicional) o comunicado oficial do Governo Geral de Angola.

No dia seguinte, já a notícia partilha a manchete com os resultados do campeonato de futebol. "Eram estrangeiros na sua maioria os componentes do grupo que assaltou as prisões de Luanda", escreve o jornal em título.

Assumindo o discurso oficial, o "DL" não tem dúvidas em chamar "discolos" e "agentes internacionais" aos autores do assalto, nem em dizer que os "criminosos actos" provocaram "grande indignação em toda a população que deseja viver em paz e continuar a usufruir os bens de uma era nova de progresso que Angola atravessa". A presença de três portugueses "da Metrópole" entre os presos leva o "DL" a dar como provada a ligação dos acontecimentos "com a indigna história do assalto ao Santa Maria".

Estas posições coincidentes, na prática, com as dos arraiais do regime conhecerão o seu auge a partir do dia 6, a propósito de uma audiência em que três individualidades da oposição, Mário de Azevedo Gomes, Eduardo Figueiredo e Acácio de Gouveia, foram exprimir de viva voz o que dias antes haviam feito chegar ao Presidente da República, Américo Thomaz, através de um comunicado assinado por dezenas de pessoas: é preciso um outro governo, que restitua aos portugueses as liberdades fundamentais, "essas mesmas que a Constituição promete e têm sido afrontosamente letra morta entre nós".

No diagnóstico que fazem do estado da nação, as individualidades referem-se num parágrafo aos acontecimen-

tos de dois dias antes, lembrando o abandono a que Portugal é votado na ONU, e criticam a "política imperialista da administração colonial", a quem agora "mingua autoridade para quaisquer anúncios de reforma".

O jornal faz seguir a publicação na íntegra da posição das três individualidades de uma nota em que apoia a crítica de Thomaz ao facto de os autores não o terem ouvido, "como era natural", sobre este comunicado e sublinha: "Sejam quais foram as divergências", os portugueses não podem deixar de estar de acordo "na defesa intransigente" do "património ultramarino".

Dois dias depois, o "velho republicano e democrata sr. dr. Lopes de Oliveira" aplaude a posição do jornal, que aproveita para informar ter vindo a receber "volumosa e eloquente correspondência" sobre o assunto, a maioria para apoiar, embora se registem igualmente "opiniões discordantes".

Apesar de pretender encerrar o caso, por entender que um debate sobre a matéria não serviria "a causa da unidade nacional", o director do "DL", Norberto Lopes, ver-se-á obrigado no dia 15 (véspera da chegada do Santa Maria a Lisboa) a voltar ao tema, num editorial em que garante aos seus leitores que as posições do jornal sobre o Santa Maria e o 4 de Fevereiro não significam um afastamento "da linha de rumo que constitui o seu melhor título de nobreza": respeito pelas "tradições liberais" e "defesa das liberdades públicas".

Durante a primeira semana pós-revolta, a imprensa metropolitana limitar-se-á a divulgar as posições oficiais e os serviços noticiosos da ANI e Lusitânia, agências ligadas ao regime. Como não os contratou, o jornal oposicionista "República", totalmente mobilizado para a sua campanha de uma nova rotativa, explica aos seus leitores que se encontra impossibilitado de acompanhar o caso, limitando-se a efectuar breves e pouco frequentes citações de outros jornais, à semelhança, aliás, do comportamento que adoptara quanto ao Santa Maria.

O jornal do regime, "Diário da Manhã", aponta o dedo à "patrulha esquerdista que dirige alguns serviços da BBC", a propósito de um "co-

mentariozinho venenoso" que a prestigiada estação acaba de passar sobre Portugal. Entre as crónicas de correspondentes locais, ganham relevo os inflamados textos diários de Ferreira da Costa em "O Século" e na Emissora Nacional.

Luanda fervilha, entretanto, de actividade jornalística. Já um repórter rodesiano foi ferido a tiro e quatro outros expulsos, por protestarem contra o tratamento a que o seu colega estava sujeito, quando aterra na capital angolana o enviado especial do "DL", Fernando Soromenho. O repórter embarca num jipe de um comerciante amigo e empreende um passeio nocturno através dos musseques. As residências dos brancos situadas nas proximidades têm acesas "lâmpadas de grande intensidade". Do cinema Miramar, projecta-se "um leque de luz sobre o capim vizinho". Soromenho admira-se: "Vimos uma força que andava em missão de rusga, com a qual trocámos cumprimentos e, por mais estranho que pareça, um mulato à porta da sua residência foi a única presença indígena que lobrigámos." Vinte e quatro horas depois de ter chegado, o enviado especial encontra-se em condições de garantir que "brancos, pretos e mestiços" se encontram "lado a lado, bem unidos". Um "conhecido democrata há anos radicado em Luanda" mas cujo nome não indica, resume-lhe, "emocionado", o sentimento comum: "Somos portugueses e o nosso dever é defender, se for preciso com unhas e dentes, mesmo que nos arranquem a pele, aquilo que é português."

Passaram já 13 dias sobre a madrugada do assalto. Patrice Lumumba foi assassinado, entretanto; os norte-americanos reconhecem, a contragosto, que é soviético o primeiro homem lançado para o espaço; numa peça a subir à cena em breve no Royal Court Theatre, o dramaturgo britânico John Osborne prepara-se para provar que Lutero pertence à árvore genealógica dos "angry young men"; inicia-se a publicação do "Dicionário de História de Portugal", orientado por Joel Serrão. Na mesma página do seu suplemento literário, que dá relevo a este último evento cultural, o "DL" publica uma foto tirada 18 anos antes e na qual dez alunos da Escola de Belas-Artes do Porto, autodenominados "Independentes", resolvem "traçar um paralelo irónico com os Vencidos da Vida". Nomes de alguns dos jovens que ali se riem, para a posteridade: Júlio Resende, Júlio Pomar, Nadir Afonso. ■

MOÇAMBIQUE

A CARAPUÇA
DA HISTÓRIA

PÚBLICO, 4.2.95

A "História da Vergonha" que foi o passado colonial não está feita. O que é susceptível de alimentar uma amnésia que ameaça as gerações que não a viveram. O que é grave não é só a existência da zona de obscuridade que toda o horizonte, mas alguma mistificação, ou mesmo: branqueamento, a que, não raro, assistimos.

O balanço está ainda por fazer em Portugal, a despeito de raríssimas excepções entre as quais algumas incursões de escritores que experienciaram a guerra colonial. Em Moçambique é quase inexistente. Até porque a guerra colonial — do lado dos portugueses —, ou luta de libertação — no oposto lado dos africanos —, não esconde apenas divergências de conceitos. Oculta muito mais.

A ausência da catarse encolherá para sempre a dignidade que deveria revestir as relações entre Portugal e África. Tanto os portugueses como os africanos não se libertarão da enorme teia de complexos na qual se deixaram enredar enquanto não exorcizarem os fantasmas que acoçam as suas memórias. Nada mais há de singularmente positivo do que enfrentar a afronta do passado.

Se é facto que as adversidades que, entretanto, se abateram sobre países como Angola ou Moçambique, nos anos posteriores às suas respectivas independências — que este ano assinalam 20 anos —, impossibilitaram qualquer exercício sobre o passado que sofreram, o que é que explica o silêncio meticuloso em Portugal?

Hoje Moçambique é um território calcinado. Quem percorre aquelas terras sabe que não há lugar para os seus habitantes pensarem no seu presente, quanto mais no seu passado. Esperemos que, quando o país se reencontrar, possa sentar-se à sombra do embondeiro e pensar sobre si próprio.

Enquanto isso há quem tenha disponibilidade para falar da guerra: recolhendo os testemunhos dos homens, das mulheres, das crianças e dos velhos que, em Moçambique, a conheceram dolorosamente. É o caso de Licínio Azevedo. Em tempos fez editar "Relatos de um povo armado", um documento impressionante que revela a brutalidade que norteou a acção dos portugueses na tentativa de silenciar um povo que aspirava a sua independência: torturas, massacres e perseguições que, neste "Coração Forte", título do livro na edição portuguesa, ameaçam destroçar a carapuça que se vestiu em África quando a guerra ultrapassou os seus limites.

Este livro é produzido por um homem que chegou a Moçambique no tempo em que os intelectuais de esquerda do mundo progressista, acudiam ao país para participar no deslumbramento de uma épica que se construía naquele quotidiano de revolução inflamada. Mas é honesto. Pese embora o facto de, no registo narrativo, o

autor exagerar nos seus propósitos de ficcionalidade. Contudo, não deixa de ser rigoroso, tanto no registo como no cotejo da memória desse povo, cujos factos vão, provavelmente, incomodar muitas almas.

Curiosamente, dentro do mesmo espírito, mais tarde Lina Magaia iria escrever sobre uma outra guerra. "Dumba Nengue" fala dos episódios da vergonha que se seguiu àquela que Licínio Azevedo aqui narrou. Os dois livros são os únicos que levantam a poeira e tentam relatar, não obstante o comprometimento ideológico dos seus fazedores, as vergonhas de uma História que, efectivamente, existiu. ■

NELSON SAUTE

ONU quer exército em Angola

O SECRETÁRIO-GERAL da ONU, Butros Butros-Ghali, propôs ontem a criação de um pequeno exército para fiscalizar a aplicação do Protocolo de Lusaka sobre os acordos de paz em Angola. Ghali afirma necessitar de 7121 oficiais e soldados, 260 agentes de polícia e 133 civis para realizar o processo de desmobilização e de reintegração e um número não especificado de civis e diplomatas para uma equipa de apoio. O Conselho de Segurança só deverá votar a proposta depois de 8 de Fevereiro, dia em que acaba a actual missão em Angola. Entretanto, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, convocou o VIII Congresso Ordinário do movimento de oposição angolano, a ter lugar entre 6 e 10 de Fevereiro no Bailundo. O Congresso, que reunirá mais de mil delegados, procurará «encontrar a unanimidade em relação ao Protocolo de Lusaka».

Jonas Savimbi
convoca congresso

PÚBLICO, 4.2.95

JONAS Savimbi convocou um congresso da UNITA, que decorrerá no Bailundo na próxima semana, de 6 a 10 de Fevereiro, e terá como tema central o processo de paz angolano. Um comunicado à imprensa, ontem distribuído pela "comissão preparatória", afirma que o VIII Congresso tratará "assuntos atinentes à vida interna do partido" e "procurará igualmente encontrar a unanimidade em relação ao Protocolo de Lusaka". A referida comissão prevê ainda a presença de mais de "mil delegados de todo o país" no Bailundo (no Planalto Central, a norte de Huambo).

A referência ao Protocolo de Lusaka, assinado a 20 de Novembro, poderá querer referir as resistências internas ao acordo de cessar-fogo assinado sob pressão internacional após uma pesada derrota militar — a reconquista do Huambo pelo exército governamental. Na altura, houve ecos duma divisão no movimento, entre os que aceitavam a inevitabilidade de negociar e os que desejavam prosseguir a guerrilha. O próprio Savimbi criticou os termos do acordo numa entrevista à televisão.

Mas também pode indiciar a vontade de Savimbi, após meses de relativo apagamento, regressar à cena e retomar a iniciativa política num momento em que a aplicação do processo de paz está

numa fase incipiente. A força de sete mil capacetes azuis da ONU não deverá estar operacional antes de Maio e nem as conversações da Comissão de Controlo, em Luanda, nem os encontros entre as respectivas chefias militares têm permitido avançar o processo. Continuando as Nações Unidas a pressionar a realização de uma cimeira entre o Presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, o congresso pode ser a oportunidade para o líder da UNITA reforçar o seu poder negocial.

Ontem, prosseguiu em em Waco-Kungo, Cuanza Sul, a segunda reunião entre os generais João de Matos, das Forças Armadas Angolanas (FAA, governamentais) e Arlindo Pena Ben-Ben (das FALA, exército da UNITA), na presença do general nigeriano Chris Garuba, representante das Nações Unidas. A primeira decorreu em Chipipa, em 10 Janeiro. Segundo a Lusa, o encontro terá começado em clima "pouco amigável", com recriminações mútuas e o mediador a procurar evitar uma ruptura. Na ordem de trabalhos estavam três pontos: a confirmação das resoluções de Chipipa (suspensão dos combates e começo da desminagem), troca de listas de prisioneiros e estabelecimento dos efectivos das futuras Forças Armadas Angolanas. ■



Título: Coração Forte
Autor: Licínio Azevedo
Editor: Dinosauro
175 págs., 1890\$00

Paz com 45 dias de atraso

PÚBLICO, 5.2.95

COM UM ATRASO de cerca de 45 dias em relação ao previsto no Protocolo de Lusaca, as Forças Armadas Angolanas (FAA) e a UNITA deverão começar finalmente esta semana, sob a supervisão de umas quantas centenas de homens da ONU, a movimentação para posições que fiquem fora da linha de fogo da parte contrária.

Nem o Governo nem o partido de Jonas Savimbi revelaram o número de soldados a movimentar a partir de agora nas províncias do Huambo e do Uíge, onde havia tensão entre as unidades de um e outro lado, por vezes colocadas a bem menos de 25 quilómetros umas das outras. Admite-se, porém, que os beligerantes afastem das zonas de maior risco pelo menos dez mil efectivos, dos cerca de 200 mil que entre si totalizam.

Desde a entrada oficial em vigor do cessar-fogo, no dia 22 de Novembro do ano passado, a Missão de Verificação das Nações Unidas (Unavem II) registou 157 incidentes. E quando nesta última semana os princi-

pais gerais das FAA e da UNITA entraram no Comissariado Municipal de Uaco Cungo, 330 quilómetros a sueste de Luanda, a sensação era de que o país estava muito mais perto do regresso à guerra do que da consolidação da paz.

"As FAA não poderão continuar a assistir impávidas à continuação de acções militares (da UNITA) contra elas e os seus haveres", sublinhou o Chefe do Estado-Maior, general João de Matos. Nervoso, o comandante das tropas contrárias, Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben", retorquiu: "A UNITA não vai ficar bem disposta se continuar sempre a ser acusada como a única violadora do cessar-fogo".

No meio do fogo cruzado, o general Chris Garuba, comandante militar da Unavem II, que presidiu à reunião, na província do Cuanza Sul, deixou claro que a ONU espera que a partir de agora os estados-maiores expliquem bem às suas tropas o que devem fazer para aplicar o Protocolo de Lusaca.

"A falta de comunicações entre a chefia das forças da UNITA e os seus comandos regionais é uma desculpa esfarrapada para limpar as mãos dos graves incidentes de que é responsável", comentou ao PÚBLICO fonte governamental que participou na reunião de Uaco Cungo, sucedânea da que o mês passado, sem grande resultado, se fizera em Chipipa, na província do Huambo.

Abrandar de tensões

"Só seria possível avaliar a maior responsabilidade da UNITA na violação do cessar-fogo depois de discutirmos caso a caso", argumentou "Ben-Ben".

Por seu turno, fonte militar portuguesa manifestou-se optimista quanto à possibilidade de, a partir de agora, abrandarem os incidentes entre as tropas dos dois lados: "A declaração de Chipipa era muito vaga. Nas negociações entre os militares é necessário ir ao pormenor, o que aconteceu no Uaco Cungo".

Uma vez que se coloquem em marcha, para pontos separados 25 a 70 quilómetros uns dos outros, diminuem os graves problemas logísticos que deixam impacientes as tropas e neutralizam-se, como disse o comandante da UNITA, "os actos isolados dos chefes militares locais que podem complicar a situação".

Doravante haverá reuniões entre os comandos regionais da Unavem, do Governo e do Galo Negro, bem como meios de comunicação de emergência, sendo indicados oficiais de ligação de um e outro dos exércitos junto do general nigeriano Chris Garuba.

Entretanto, foi encontrado com vida, embora em estado grave, Faustino Ferreira Muteka, o piloto — anteriormente dado como morto — de um avião que há oito dias caiu na região de Cafunfo, na Lunda Norte, tendo as autoridades considerado que fora abatido pela UNITA, o que esta rejeitou. ■

Aguiar dos Santos,
em Luanda

Cisão do partido fundamentalista

PÚBLICO, 4.2.95

O PIMO (Partido Independente de Moçambique), de orientação islâmica, sofreu esta semana uma cisão, quando um grupo de dissidentes anunciou em Maputo a criação do Pimop (Partido Independente de Moçambique Patriótico), uma formação oposta ao fundamentalismo islâmico.

"Devido à intolerância religiosa, ditadura e falta de compreensão da realidade moçambicana, nós, cofundadores do Pimo, decidimos fazer uma separação física e ideológica dos conceitos e princípios absurdos que foram sendo propagados pelo Pimo fundamentalista e declaramos a existência do Pimo Patriótico", proclamou António Valente, o porta-voz dos dissidentes.

Valente adiantou na altura que o Pimop se irá "nortear pelos princípios do Pimo, mas com alguns reajustes que naturalmente terão que ser feitos". E anunciou para breve uma Conferência Nacional para eleger a direcção.

O projecto fundamentalista também está a encontrar viva oposição na União da Juventude do Pimo (UJP). O secretário nacional da UJP, Moisés Machuza, afirmou que está "a sofrer pressão" das bases juvenis para exigir ao Governo uma tomada de posição contra o fundamentalismo de Sibindy no seio do PIMO.

"Não há nada até aqui, em termos de pronunciamento do Governo e estamos perante um caso que não é brincadeira", disse Machuza. Ele acusou ainda Sibindy de aliciar jovens com promessas de bolsas de estudo, forçando-os a converter-se ao islamismo.

Machuza afirma que foi interpelado por um desconhecido que lhe apontou uma pistola e ameaçou matá-lo, caso ele se julgasse "mais inteligente que os outros". Um outro dissidente da liderança do PIMO, Mussagy Mussagy, também acusara Sibindy de projectar o seu assassi-

nato.

Depois de o expulsar do partido, Sibindy moveu um processo por difamação contra Mussagy. Mas na primeira audiência, Mussagy apresentou provas consideradas muito fortes contra Sibindy, acusando-o de projectar uma guerrilha islâmica para Moçambique.

A alegada "ameaça fundamentalista" passou nos últimos tempos para as primeiras páginas dos jornais e está a defrontar-se com uma poderosa contra-ofensiva de políticos e jornalistas, apoiada por sectores progressistas da comunidade muçulmana. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Direitos humanos em Angola

PÚBLICO, 5.2.95

NÃO HOUVE melhorias na situação em Angola em matéria de direitos humanos no ano de 1994 — constata o relatório anual que o departamento de Estado (Negócios Estrangeiros) norte-americano publica. Pelo contrário, "continuou a deteriorar-se devido à intensificação dos combates" entre as forças governamentais e a UNITA. Citando "observadores informados" o relatório contabiliza cerca de mil mortos por dia no início de 1994 e pelo menos cem mil mortos desde o reatar dos combates, em 1992. "Dos dois lados, as tropas e as forças de segurança pisaram flagrantemente os direitos elementares" no tratamento dos prisioneiros de guerra. "Mataram civis não armados, entre eles membros de organizações humanitárias, mulheres, crianças e velhos" — afirma o documento difundido em Washington. O rol de acções condenáveis prossegue com a análise do tratamento infligido aos detidos em "prisões superlotadas", com a prática de prisões arbitrarias, seguidas de "processos iníquos" e de "graves entraves" à liberdade de expressão, de imprensa e de reunião. ■

Eleições na Praia e no Mindelo

PÚBLICO, 6.2.95

OS DEPUTADOS do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) à Assembleia Municipal da Praia devem anunciar hoje a renúncia do seu mandato, o que provocará imediatamente a dissolução daquele órgão e a convocação no prazo de 90 dias de eleições autárquicas antecipadas na capital cabo-verdiana. Este facto ocorre dois meses depois de a Câmara Municipal do Mindelo, que corresponde à ilha de S. Vicente e é presidida por Onésimo Silveira, ter feito o mesmo, na sequência de um conflito com o Governo, o que originou a convocação de eleições intercalares para 5 de Março.

No caso da Praia, que fica na ilha de Santiago, a maior do país, a atitude do PAICV, que governou todo o território cabo-verdiano durante os primeiros 15 anos de independência, em regime de partido único, surge um ano depois de o Movimento para a Democracia (MpD) ter perdido um dos seus 11 deputados municipais, passando, com isso, a estar em minoria. Mesmo assim, o presidente da Câmara Municipal, Jacinto Santos, manteve-se em funções, deixando aos seus adversários o ónus da renúncia e da dissolução da Assembleia Municipal.

Eleito em Dezembro de 1991, o MpD perdeu o seu

décimo primeiro deputado na sequência da cisão que o assolou o ano passado, tendo o presidente da Assembleia Municipal da Praia, João Manuel Almeida, optado pelo antigo ministro da Justiça, Eurico Monteiro, que disputava a liderança do partido ao primeiro-ministro Carlos Veiga.

Congresso do PCD

Entretanto, um ano depois, os dissidentes do MpD, agrupados hoje à volta do Partido da Convergência Democrática (PCD), anunciaram para os dias 18 e 19 deste mês a data do seu congresso constitutivo. Segundo Jorge Carlos Fonseca, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros e um dos promotores do projecto, após o congresso o PCD será formalmente legalizado, prevendo-se portanto a sua eventual participação nas eleições municipais da Praia.

Em S. Vicente, o cenário para as intercalares do dia 5 de Março está pronto. Dos quatro candidatos à Câmara, Onésimo Silveira foi o último a fazer a apresentação pública da sua candidatura, prevendo-se a partir de agora um cerrar de ânimos entre os mesmos. Apoiado pelo Movimento para o Renascimento de S. Vicente (MPRCV),

Silveira é apontado como o virtual vencedor.

Para além dele, participam no pleito António Jorge Delgado, apoiado pelo MpD; Francisco Silva, pela União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID); e Nelson Atanásio, pelo PAICV. Dos três, apenas Atanásio tem experiência autárquica, tendo dirigido S. Vicente durante seis anos, ainda no tempo do partido único.

As eleições na segunda ilha mais importante de Cabo Verde são encaradas como um barómetro do que poderá acontecer em todo o país quando, dentro de mais alguns meses, se realizarem sucessivamente as autárquicas, legislativas e presidenciais, conforme o previsto na lei. As primeiras eleições livres e pluralistas do país foram em 1991, com vitória clara do então recém-criado MpD e de António Mascarenhas Monteiro, sobre o PAICV e o até então Presidente Aristides Pereira.

Nestes quatro anos, Cabo Verde passou por várias transformações, principalmente institucionais, tendo o MpD aprovado em 1992 uma nova constituição, que consagra o "parlamento mitigado" e a quase total abertura económica. Todavia, estas opções não têm sido de todo pacíficas, sobretudo por parte da oposição.

Tanto o PAICV como o PCD, assim como a inexpressiva UCID, defendem uma rediscussão do sistema de Governo, preferindo um regime em que o Presidente da República tenha uma função menos decorativa. Também a nível económico, as três forças políticas parecem próximas entre si nas críticas que geralmente fazem ao MpD, que acusam de ter uma "visão demasiado empresarialista do Estado".

Outra crítica relaciona-se com os escândalos políticos e financeiros verificados em Cabo Verde, sobretudo nos últimos três anos. Um deles foi o do antigo embaixador em Lisboa, Eugénio Inocêncio, cujos gastos sumptuários foram já confirmados pelo Tribunal de Contas, embora não oficialmente.

Quatro anos depois de ter conquistado o poder, questiona-se neste momento o futuro do MpD, por um lado, e, por outro, o dos seus próprios adversários. Neste sentido, tanto os resultados das eleições intercalares em S. Vicente como os das eleições antecipadas na Praia irão dar uma amostra do que será o confronto quando, dentro de oito ou dez meses, as diferentes forças políticas se apresentarem de novo a todo o eleitorado cabo-verdiano. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Desde Nova Iorque ao Bailundo

DE NOVA IORQUE ao Bailundo, o futuro imediato de Angola vai esta semana ser decidido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e pelo VIII Congresso da UNITA.

Na grande metrópole norte-americana está já o ministro angolano das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, que enceta contactos com o secretário da ONU e com o Conselho de Segurança, em preparação dos trabalhos que amanhã este deverá dedicar à normalização das relações entre Luanda e a UNITA.

O secretário-geral Butros Butros-Ghali recomendou ao Conselho que crie uma nova Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem III), com o mandato de um ano e a dotação de cerca de sete mil homens, mas a agência Lu-

PÚBLICO, 7.2.95

sa revelou ontem que um projecto de resolução elaborado pelos Estados Unidos aponta para uma vigência de apenas seis meses; e com várias condicionantes.

No domingo, "The New York Times" noticiou que o Governo de Clinton tenciona pedir ao Conselho de Segurança que de imediato preveja apenas o envio de 40 por cento dos efectivos pedidos por Butros-Ghali, até que este possa confirmar que as Forças Armadas Angolanas e a UNITA depuseram de facto as armas e estão mesmo prontos para uma verdadeira reconciliação nacional.

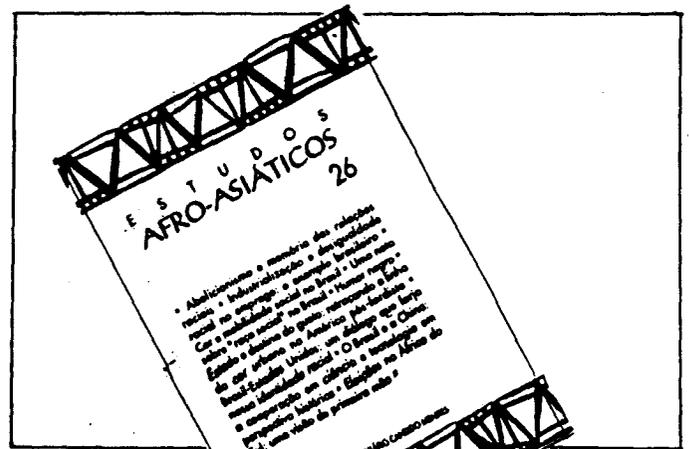
A Lusa, por seu turno, disse que oito países africanos — Malawi, Senegal, África do Sul, Zaire, Zâmbia, Guiné-Bissau, Tunísia e Quênia — pretendem solicitar ao Conselho que o mandato da Unavem III seja mesmo de um ano. E é sabido que os africanos, tal como Portugal e outras entidades, gostariam bem que a ONU não levasse mais tempo a colocar em Angola uns bons milhares de capacetes azuis.

É este, portanto, o grande debate em curso em Nova Iorque, na altura em que o Congresso da UNITA deverá principiar hoje no Bailundo, província do Huambo, tendo sido convidado para o mesmo o representante especial de Butros-Ghali em Angola, Alioune Blondin Beye.

A análise do protocolo assinado em Lusaca a 20 de Novembro último, por Venâncio de Moura e pelo secretário-geral da UNITA, Eugénio Manu-

vakola, é um dos temas deste Congresso, que poderá servir para ultrapassar certas clivagens ultimamente visíveis entre o líder do partido, Jonas Malheiro Savimbi, e alguns quadros do mesmo.

Os trabalhos no Bailundo deverão prolongar-se até ao próximo fim-de-semana, com hipótese de os congressistas ainda poderem tomar em conta a resolução que o Conselho de Segurança entretanto ainda venha a tomar. ■



Infantaria só segue para Angola "dentro de meses"

Conselho de Segurança cria hoje UNAVEM III

PÚBLICO, 8.2.95

O Conselho de Segurança da ONU deverá aprovar hoje uma resolução criando uma força de sete mil capacetes azuis — UNAVEM III — para Angola, a fim de supervisionar o aquartelamento das tropas e a normalização do país, embora, por proposta dos EUA, as tropas de infantaria só devam chegar ao terreno dentro de alguns meses.

Nos últimos dias, os membros do Conselho de Segurança procederam a consultas, a especialistas em assuntos angolanos, a observadores, aos países que disponibilizaram tropas para integrar a UNAVEM III e às partes interessadas. Ontem, passaram à fase das deliberações, tendo como base de discussão o relatório do secretário-geral, Butros Butros-Ghali, sobre a situação no terreno. Neste documento, elaborado com base nos vários relatórios elaborados pelo representante especial de Butros-Ghali para Angola, Blondin Beye, que se encontra em Luanda, [tendo-se aparentemente escusado a ir à abertura do Congresso da UNITA, no Bailundo] propõe-se a criação da UNAVEM III, com sete mil homens e um mandato de um ano.

Vários países ofereceram já a sua contribuição em tropas e recursos, em quantidade suficiente

para completar a força que a ONU prevê enviar.

Segundo fontes da ONU contactadas pelo PÚBLICO, há quem pense, dentro do departamento que estuda a situação em Angola, e à semelhança do que sugeriu por várias vezes a antiga representante do secretário-geral Margaret Anstee, que um contingente de sete mil homens será insuficiente para garantir o êxito do processo de paz.

Mas "isso depende apenas da vontade dos estados-membros", explicou-nos um funcionário da ONU. O secretário-geral considerou que não teria o apoio dos membros do Conselho de Segurança para uma proposta que implicasse mais de sete mil soldados.

Durante o fim-de-semana, houve mesmo notícias de que, no processo de consultas, os EUA estariam relutantes em aceitar a proposta de Butros-Ghali, preferindo apoiar uma versão mais modesta da UNAVEM, com apenas 40 por cento dos efectivos e um mandato de seis meses.

Mas uma fonte do departamento de Estado disse ontem ao PÚBLICO que os EUA estão em sintonia com o secretário-geral, e que a proposta deste será

aprovada. "O número de soldados e o tempo do mandato não estão em discussão. Há um consenso de todos os países nesse sentido". O que estava ontem ainda em discussão, segundo a nossa fonte, eram "os tempos e as modalidades da instalação desses soldados".

Dúvidas norte-americanas

O funcionário do departamento de Estado explicou-nos que as dúvidas americanas (partilhadas, segundo ele, por outros países) se relacionam com o envio das tropas de infantaria: "Segundo o protocolo, o objectivo principal das unidades de infantaria é supervisionar a retirada das tropas da UNITA para as zonas de aquartelamento, para serem desmobilizadas. A questão é se devemos enviar as unidades de infantaria antes dessas zonas de aquartelamento estarem preparadas. E pensamos que levará alguns meses até isso acontecer". Será necessário, ainda de acordo com o funcionário, instalar primeiro todas as unidades de logística, de engenharia, de transportes, de medicina. "Tudo isso terá de estar instalado antes de se poder começar a enviar a infantaria, que são as unidades mais fá-

ceis de instalar, por serem as menos especializadas e terem menos equipamento. Só queremos certificar-nos de que as tropas de infantaria que vamos enviar terão alguma coisa para fazer. No momento em que o comando das tropas da ONU em Angola garantir que as condições estão criadas, as tropas de infantaria poderão seguir". Esta decisão será tomada, portanto, pelos próprios comandantes dos capacetes azuis, e não pelos americanos, que não tencionam enviar soldados para Angola. "Vamos contribuir, em 1995, com 30,4 por cento do total dos custos, que descerá, em 1996, para 25 por cento. Somos o país com a contribuição maior. Devemos enviar material e talvez algum pessoal especializado, para pôr em prática programas especiais, mas não pessoal militar".

Quanto ao tempo do mandato da UNAVEM III, o funcionário americano explicou que constava da proposta inicial do seu país o prazo de seis meses, por ser essa a duração normal dos mandatos dos contingentes de manutenção de paz. E apenas uma questão formal, não significa que o mandato não possa ser renovado quantas vezes forem necessárias. ■

Petróleo e diamantes

WASHINGTON pretende que o Estado angolano e a UNITA acarretem com parte das despesas da Missão de Verificação das Nações Unidas (Unavem III), noticiaram ontem a agência Reuter e "The Washington Post".

O Governo de Angola já se ofereceu para contribuir com cerca de 500 milhões de dólares em fornecimentos de petróleo a baixo custo e em disponibilização de instalações para as tropas da ONU. E quanto à UNITA aquele jornal norte-americano recorda que controla zonas de produ-

ção de diamantes, de onde deixa a entender que uma parte dos mesmos poderá servir para cobrir uma parte das despesas da paz.

Por outro lado, os cinco países não-alinhados actualmente representados no Conselho de Segurança não acham bem que Angola, já tão destruída, tenha ainda por cima que pagar para ter a sua paz fiscalizada pela ONU.

O secretário-geral Butros-Ghali já recebeu ofertas de tropas para a Unavem III superiores às necessidades, o que aliás foi

um duro golpe para o Ruanda, que tem vindo a pedir uma força internacional para fiscalizar os acampamentos de refugiados no Zaire, de modo a neutralizar os antigos militares e as milícias hutus que ali actuam. Apenas um dos 60 países contactados pelas Nações Unidas se mostrou sensibilizado com o caso ruandês...

Segundo "The Washington Post", a explicação está em que existe uma grande incerteza quanto ao Ruanda, mas que se cre que em Angola a ONU vai agora ter êxito, tal como o teve em Moçambique. ■

Segundo dia no Congresso da UNITA no Bailundo

Savimbi sem vontade de dançar o tango

PÚBLICO, 9.2.95

Do nosso enviado
José Eduardo Aqualusa,
no Bailundo

Os dois primeiros dias do VIII Congresso da UNITA não permitem uma leitura do que se vai passar a seguir. Num discurso em tom nacionalista, Jonas Savimbi sublinhou que "para dançar o tango são precisas duas pessoas" e que uma "pessoa humilhada" não tem vontade de o fazer. Só no encerramento da reunião, o líder da UNITA se pronunciará sobre o actual processo de paz.

Bailundo, madrugada de terça-feira. O ar frio e limpo recorda-nos que estamos quase a dois mil metros de altitude. A pequena vila desperta enfeitada com largas faixas da UNITA: "UNITA a verdadeira paz", "UNITA defende a democratização da comunicação social". Nas paredes em ruínas sobressaem os retratos de Jonas Savimbi.

O Bailundo, vila pacata circundada por altos morros

verdes, assume-se como a nova capital do "Galo Negro". A partir das 10 horas a vila enche-se de um movimento pouco habitual. O jipe com altifalantes atravessa as ruas anunciando para as duas horas a abertura do VIII Congresso da UNITA, o primeiro desde o recomeço da guerra civil.

As cinco horas, porém, ainda o encontro não tinha começado. Em frente ao cinema do Bailundo, pintado de fresco, concentram-se populares e congressistas, estes em número superior a mil. Um grupo de mulheres em trajes coloridos dança e canta: "Savimbi é o nosso homem / Savimbi é a nossa escolha / Savimbi é a vida que é melhor / A vida de milhões / Bem-haja o 3 de Agosto [a data do aniversário do Savimbi] / Bem-haja o doutor Savimbi".

O nervosismo aumenta à medida que os minutos passam. Todos os rostos estão voltados para a esquerda de onde se espera que surja o carro trazendo o presidente da UNITA. E surge. Um carro preto com uma pequena bandeira do movimento. Savimbi salta sorridente vestido à civil enquanto os jornalistas

O nervosismo aumenta à medida que os minutos passam. Todos os rostos estão voltados para a esquerda de onde se espera que surja o carro trazendo o presidente da UNITA. E surge. Um carro preto com uma pequena bandeira do movimento. Savimbi salta sorridente vestido à civil enquanto os jornalistas o rodeiam — cerca de uma

dezena entre portugueses, americanos, franceses e sul-africanos.

Um pesado "talvez"

No seu discurso, o dirigente angolano começa por prestar homenagem aos velhos professores do Planalto, que formaram as primeiras gerações de nacionalistas nesta região de Angola, apresentando em seguida os homens que fundaram a UNITA e que ainda permanecem no movimento. Entre estes destaca o general Chiwale, de quem se falou bastante há alguns anos: "Nós os presentes aqui", diz Savimbi, "nós somos os homens de Pequim. Somos formados na China e não estamos arrependidos".

Savimbi faz um discurso de exaltação nacionalista, insistindo na necessidade de os angolanos resolverem os seus problemas sem intervenção externa. Confessa mesmo o seu desgosto pela presença de capacetes azuis no país: "Estarei a dizer que os capacetes azuis não são necessários? Talvez. Espero que entendam que o Savimbi disse no Bailundo 'talvez'".

Savimbi reconhece abertamente que a UNITA estava dividida quanto ao Protocolo de Lusaca, por isso tinha sido convocado o congresso. Reafirma que a paz é essencial, mas pergunta se os angolanos já tinham aprendido a viver juntos ou se só sabiam viver unidos pelas Nações Unidas.

Mais à frente, apela ao reconhecimento da dignidade

dos homens da UNITA, dizendo que a aceitação do protocolo de Lusaca depende disso: "Para dançar o tango são precisas duas pessoas. Mas a pessoa humilhada e triste está com disposição para dançar o tango? Não. Também eu não tenho vontade de participar depois da humilhação. Estou a observar as pessoas".

Ontem, quarta-feira, os trabalhos prosseguiram com os discursos dos principais dirigentes da UNITA e de autoridades tradicionais, entre as quais o rei do Bailundo, Ekui-kui III. "Não aceitaremos a democracia sob custódia", disse Almerindo Jaca Jamba, ministro da cultura da UNITA. "É no respeito pelos valores alheios que se poderá instalar em Angola, país multicultural e pluriétnico, uma democracia", acrescentou.

Interrogado pelo PÚBLICO, Eugénio Manuavola, secretário-geral da UNITA e chefe da delegação do "Galo Negro" às negociações de Lusaca, disse que estava um pouco céptico em relação ao protocolo assinado com o Governo angolano: "Tudo depende agora das Nações Unidas. É necessário que as Nações Unidas se esforcem seriamente por fazer cumprir os acordos. A verdade é que há falta de confiança de ambos os lados".

Será necessário esperar por sexta-feira, e pelo discurso final do líder da UNITA, para conhecer o sentido final deste congresso. Pois só aí, disse, ouviremos a sua opinião sobre o Lusaca e o actual processo de paz. ■

Notícias Africanas

Manuvakola substituído por Gato como secretário-geral da UNITA

Savimbi homenageia militares

Do nosso enviado
José Eduardo Agualusa,
no Bailundo

Ao encerrar os trabalhos do congresso do Galo Negro, Savimbi prestou homenagem aos militares que não queriam o Protocolo de Lusaca e anunciou a substituição do secretário-geral Manuvakola por Paulo Gato. A reunião optou por uma espécie de paz armada.

O VIII Congresso da UNITA foi ontem encerrado na vila do Bailundo com um discurso de Jonas Savimbi, que a terminar apresentou os novos membros da direcção do movimento. Não houve mudanças significativas, para além da ascensão de Lukamba Gato a secretário-geral, substituindo Eugénio Manuvakola, o homem que rubricou o Protocolo de Lusaca.

Lukamba Gato era anteriormente secretário para os

Negócios Estrangeiros, cargo que passa a ser ocupado por Alcides Sakala, que no entanto se mantém como representante da UNITA em Bruxelas.

No seu discurso, Jonas Savimbi voltou ao tema da defesa da dignidade: "A dignidade não se oferece, conquista-se; e nós viemos aqui para reafirmar a nossa determinação, para conquistar a dignidade. Nem por isso os detractores da UNITA vão desarmar. Vão continuar a dizer que, se nós fizemos concessões para conseguir o consenso em volta dos acordos de Lusaca, é porque estamos fracos. Pelo contrário. Se estivéssemos fracos, não podíamos encontrar uma plataforma comum para mandar a nossa mensagem ao país e ao mundo."

Savimbi dedicou especial atenção aos militares, cuja declaração de guerra durante a apresentação das resoluções ao plenário, na sexta-feira, constituiu o grande momento de tensão dramática deste VIII Congresso. "Devemos tomar nota que a questão militar no nosso partido é uma questão imensamente delicada", disse o dirigente do Galo Negro. "Sem o esforço abnegado, sem a entrega total e inequívoca dos nossos

militares, nunca a UNITA estaria aqui. Tudo devemos aos nossos militares, mesmo a vida e o futuro, e mesmo a esperança."

Frequentemente interrompido por aplausos e por palavras de ordem cantadas — "Savimbi é nosso guia, viva o nosso presidente" —, fez questão de afirmar que a UNITA não está derrotada militarmente: "Só queremos percorrer o caminho do entendimento porque nós decidimos assim. Mas se fôssemos obrigados a percorrer o caminho da guerra talvez estivéssemos melhor preparados agora do que antes. Este país, com uma economia em declínio constante, é um país que se pode desorganizar muito facilmente. Nem é preciso um general. Um coronel pode comandar as forças para virar o país de pernas para o ar."

PÚBLICO, 13.2.95

Armar a paz

Que balanço provisório fazer deste congresso?

Dividido entre a aceitação incondicional do Protocolo de Lusaca — o qual não defende de forma convincente a segurança dos seus dirigentes — e o re-

gresso à guerra, o VIII Congresso da UNITA escolheu uma espécie de paz armada.

A guerra, pretendida pelos militares, iria na verdade beneficiar o MPLA. Enredados numa gigantesca teia de corrupção, os governantes angolanos receiam o fim do conflito e a efectiva democratização da sociedade. Sem a guerra, será muito mais difícil ocultar negócios ilícitos, promover candelas, justificar a repressão.

Os militares argumentam que a haver nova guerra esta já não seria idêntica àquela que arruinou o país. Seria pior. Seria o terrorismo puro, com bombas a explodir nas cidades e atentados contra os principais centros económicos do país, incluindo os poços de petróleo. "Perdidos por cem, perdidos por mil", dizem. Isto, porém, seria o fim da UNITA enquanto movimento político, com pretensões a governar Angola.

O VIII Congresso da UNITA serviu assim de palco para um confronto mais ou menos velado entre militares e diplomatas. O movimento do Galo Negro formou nos últimos anos excelentes diplomatas e políticos hábeis. Poucos de entre eles estão dispostos a aceitar o desafio de uma nova guerra, porque sabem que isso representaria o fim do seu papel.

A inquietação dos militares também se compreende. A maioria sacrificou a juventude nas matas de Angola. Muitos não sabem fazer mais nada senão a guerra e nem sequer têm a certeza de conseguir um posto condigno nas Forças Armadas.

Savimbi parece ter conseguido harmonizar as duas correntes. O futuro agora depende em grande medida do MPLA e da comunidade internacional. Certezas há muito poucas. A paz chegou, mas vem armada. Armada até aos dentes. ■

UNAVEM III sob rigorosas condições

PÚBLICO, 9.2.95

O CONSELHO de Segurança da ONU deverá ter aprovado ontem ao fim da tarde de Nova Iorque (madrugada em Lisboa) uma resolução autorizando o envio de uma força de manutenção de paz de sete mil homens, UNAVEM III, para Angola com um mandato de seis meses.

Segundo o projecto de resolução que, de acordo com a previsão de um funcionário do Departamento de Estudos Africanos da ONU, deverá ter sido aprovado por unanimidade, as unidades de infantaria da UNAVEM III não serão enviadas imediatamente para o território.

Cedendo à pressão nesse sentido do representante dos EUA no Conselho de Segurança, a infantaria seguirá para Angola quando certas condições forem observadas e confirmadas pelo comando da UNAVEM III no território: "Cessação efectiva das hostilidades, provisão de todos os dados militares relevantes, designação de todas as áreas de aquartelamento".

Segundo as declarações de um funcionário do Departamento de Estado ao PÚBLICO, os EUA prevêem que estas condições só estarão reunidas dentro de vários meses.

O facto do mandato da UNAVEM III ser apenas de seis meses, e não de um ano como previsto no relatório do secretário-geral, Butros Butros-Ghali, deve-se apenas aos hábitos de proce-

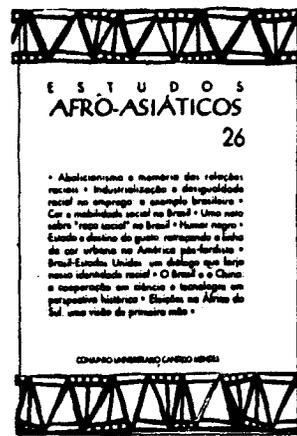
dimento formal na ONU. O projecto de resolução precisa, no seu ponto 10, que a missão da UNAVEM III só estará concluída quando "os objectivos do protocolo de Lusaca tiverem sido atingidos [...] na expectativa de que o sejam até Fevereiro de 1997".

Antes da votação do projecto da resolução, discursaram no Conselho de Segurança mais de 30 oradores, entre os quais o ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura, e o embaixador português junto da ONU, Pedro Catarino.

Venâncio de Moura garantiu ao Conselho de Segurança que a situação em Angola está calma e que o cessar-fogo está a ser observado sem grandes incidentes, e pediu "o rápido envio dos efectivos da UNAVEM III, porque só a essas forças cabe a responsabilidade de aquartelar, desarmar e seleccionar os militares da UNITA a integrar nas Forças Armadas".

Pedro Catarino disse ao Conselho de Segurança que "Portugal está pronto a participar em pleno na operação de paz. Estaremos prontos para mandar unidades de apoio, bem como observadores de polícia civis e militares, e a participar na estrutura de comando da força". ■

Paulo Moura, em Nova Iorque



● ASSINE JÁ ●

O perturbante “sim, mas” do Galo Negro

AS RESOLUÇÕES aparentemente positivas tomadas no Bailundo pelo VIII Congresso da UNITA vêm cheias de condicionantes, que fazem perpetuar o clima de muita reserva que certos observadores põem na concretização da verdadeira paz em Angola. E tornam ainda mais premente a rápida colocação no terreno de todos os capacetes azuis que na semana passada foram aprovados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Jonas Malheiro Savimbi já dissera na noite da Passagem de Ano, na sua entrevista a José Manuel Barata-Feyo, da Rádio-televisão Portuguesa, que quase toda a sua direcção estava contra a assinatura do Protocolo de Lusaca e que ele é que se impusera, ditando a última palavra. E agora o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), general Arlindo Chenda Pena, Ben-Ben, confirmou plenamente que queria continuar em acção, mas outros sectores da UNITA levaram a melhor no Congresso e acabaram por fazer aceitar, na sua generalida-

de, os planos de paz elaborados pela ONU, com o apoio dos Estados Unidos, da Rússia e de Portugal.

A primeira vista foi uma vitória da moderação e do bom senso, mas qualquer pessoa mais céptica logo perguntará que força é que poderão ter todos os propósitos de paz quando foram impostos, mais ou menos contra vontade, a um grupo de generais que têm às suas ordens dezenas de milhares de homens, ainda por acantonar e desarmar.

Claro que o mesmo se poderá porventura dizer da outra parte, pois que o Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas (FAA), chefiado pelo general João de Matos, talvez não seja muito menos belicista do que Ben-Ben. Mas aquilo que está agora sobretudo em causa é a análise das resoluções aprovadas após estes dias de debate no Bailundo, a nova capital dos homens que nos últimos 19 anos já foram por duas vezes escorraçados da cidade do Huambo.

Também a ideia de uma reunião de alto nível entre o

PÚBLICO, 13.2.95

Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e Jonas Malheiro Savimbi foi aprovada com a maior das reservas; e só para “quando estiverem reunidas todas as condições”, que o mesmo é quase dizer adiada para as calendas gregas.

“Um programa comum”

Por outro lado, houve o cuidado de dizer que a UNITA só integrará um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional “na base de um programa comum”, o que não está especificamente previsto no Protocolo de Lusaca. O que se acordou foi na “aceitação, no acto de tomada de posse, do cumprimento escrupuloso do Programa do Governo elaborado pelo Conselho de Ministros e das leis em vigor na República de Angola”. E não se está muito bem a ver que o MPLA, tão senhor do seu nariz, transija agora na elaboração conjunta de um Programa de Governo.

É certo que o Protocolo reserva à UNITA os ministérios da Geologia e Minas, do Comércio, da Saúde e da Hotelaria e Turismo, bem como sete luga-

res de vice-ministro, seis de embaixador e três de governador provincial (no Uíge, Lunda Sul e Kuando Kubango). Mas também é certo o documento de Lusaca dizer que os titulares dos diferentes órgãos executarão as linhas gerais da política do Governo que for previamente definida, podendo o primeiro-ministro substituir os que não cumpram “a legislação em vigor”.

Ou seja, neste caso de um Governo de Unidade e Reconciliação, como em tantos outros aspectos da vida angolana, as dúvidas e as divergências são mais do que muitas, havendo sempre terreno resvalado suficiente para que as boas intenções descaem.

Por tudo isto é que não será de mais recordar os avisos que os Estados Unidos e outros países fizeram há cinco dias no Conselho de Segurança, em Nova Iorque: o desarmamento e a paz em Angola requerem que ninguém cometa erros, pois que os caminhos do futuro estão altamente minados, tanto no sentido literal como no figurado. ■

Jorge Heller

Mulheres do ANC contra Winnie

PÚBLICO, 13.2.95

ONZE ELEMENTOS importantes da Liga das Mulheres, do ANC, demitiram-se durante o fim-de-semana, num protesto contra aquilo que consideram a última loucura de Winnie Mandela: uma associação comercial com o actor egípcio Omar Sharif, chamada A Estrada da Liberdade e destinada a atrair turistas, designadamente negros norte-americanos, aos locais que evocam a luta contra o “apartheid”, incluindo as prisões e a terra natal do actual Presidente da República.

Adelaide Tambo, viúva do anterior presidente do ANC, Oliver Tambo, e a ministra da Saúde, Nkosazana Zuma, foram duas das mulheres que não acharam bem o “comportamento antidemocrático” de Winnie, chefe da Liga, ao constituir so-

cidade com o intérprete de “Doutor Jivago” apesar de todas as objecções que haviam sido levantadas pelas suas colegas de direcção.

Por outro lado, segundo o “Sunday Times”, de Joanesburgo, o próprio Nelson Mandela, de quem se encontra separada, e o primeiro vice-presidente, Thabo Mbeki, teriam avisado nos últimos dias a turbulenta militante de que deve deixar de criticar o Governo de Unidade Nacional, a que pertence, sob pena de ser afastada das funções de vice-ministra da Cultura, Ciência e Tecnologia. Um porta-voz da Presidência da República recusou-se a comentar a ameaça de despedimento, mas reconheceu que Nelson Mandela anda triste com as atitudes daquela que foi sua esposa. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Glicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados a: *Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to: Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.*

